

O PARADOXO DA INTERNACIONAL SOBERANISTA: LIMITES ESTRUTURAIS DA COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL DA EXTREMA-DIREITA EM MATÉRIA DE GUERRA E COMÉRCIO

THE PARADOX OF THE SOVEREIGN INTERNATIONAL: STRUCTURAL LIMITS OF TRANSNATIONAL COOPERATION OF THE EXTREME RIGHT IN MATTER OF WAR AND TRADE

 <https://doi.org/10.63330/sasciencessv6n2-196>

Submetido em: 04/09/2026 e Publicado em: 16/09/2026

SAS: e26422

Rafael Cesar Ilha Pinto

Doutor em Ciência Política – UFRGS

E-mail: rafacip82@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3873517758959836>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-9119-8781>

Resumo

O surgimento de uma rede transnacional de extrema-direita e o fortalecimento de alianças intercontinentais entre lideranças soberanistas suscitaram debates sobre a emergência de uma nova "Internacional Conservadora". Este artigo analisa a contradição estrutural intrínseca a esse fenômeno: a contradição entre a construção de pontes transnacionais e o imperativo ideológico do nacionalismo, que rejeita estruturas de integração e a concessão de soberania. Por meio de um estudo focado nos governos e movimentos de extrema-direita contemporâneos, a pesquisa investiga o comportamento dessa rede em duas arenas críticas de fricção: a geopolítica de defesa (com ênfase nas divergências discursivas e estratégicas diante da Guerra na Ucrânia) e a política de comércio internacional (focada no choque entre o protecionismo nacionalista e a integração econômica). A partir de uma análise qualitativa de triangulação documental — contemplando discursos diplomáticos, declarações conjuntas em fóruns transnacionais (como a CPAC e a Carta de Madrid) e posicionamentos em órgãos multilaterais —, o trabalho demonstra que a "Internacional Conservadora" opera sob uma lógica de geometria variável. Conclui-se que a cooperação da extrema-direita é altamente eficiente no nível eleitoral, discursivo e de "guerra cultural", porém inviável como projeto de governança global ou bloco geopolítico coeso, esbarrando nos limites impostos pelo próprio cálculo de interesse nacional.

Palavras-chave: Comércio Internacional; Estudo de Caso Comparado; Extrema-Direita; Guerra na Ucrânia; Internacional Conservadora; Soberanismo.



Abstract

The emergence of a transnational far-right network and the strengthening of intercontinental alliances among sovereignist leaders have sparked debates on the rise of a new "Conservative International." This article analyzes the structural antinomy inherent in this phenomenon: the contradiction between building transnational bridges and the ideological imperative of nationalism, which rejects integration structures and the surrender of sovereignty. Through a comparative case study focused on contemporary far-right governments and movements, this research investigates the behavior of this network across two critical arenas of friction: defense geopolitics (emphasizing discursive and strategic divergences regarding the War in Ukraine) and international trade policy (focusing on the clash between nationalist protectionism and economic integration). Drawing on a qualitative analysis of documentary triangulation — encompassing diplomatic speeches, joint declarations at transnational forums (such as CPAC and the Madrid Charter), and positions within multilateral bodies —, this study demonstrates that the "Conservative International" operates under a variable geometry logic. The article concludes that far-right cooperation is highly effective at the electoral, discursive, and "culture war" levels, yet unsustainable as a global governance project or a cohesive geopolitical bloc, running up against the structural limits set by national self-interest.

Keywords: Comparative Case Study; Conservative International; Far-Right; International Trade; Sovereignism; War in Ukraine.

1 INTRODUÇÃO

A ordem internacional do pós-Segunda Guerra Mundial, gradativamente consolidada sobre os pilares do multilateralismo, da integração regional e da expansão das instituições liberais (Ikenberry, 2020), enfrenta no século XXI um de seus desafios mais profundos. O renascimento de forças políticas de extrema-direita e de cariz nacional-populista em diferentes continentes alterou de maneira substancial a dinâmica da política doméstica e da diplomacia global. Como adverte Cas Mudde (2019, p. 23),

"a principal mudança no século XXI não é a emergência de novos partidos de extrema-direita, mas a mainstreaming e a normalização de suas ideias no debate político global".

O que antes era visto pela literatura como um conjunto de episódios apartados ou anormalidades eleitorais *sui generis* converteu-se em um movimento político estruturado e de escala global (Norris; Inglehart, 2019; Moffitt, 2016).

Historicamente, os movimentos da direita radical caracterizaram-se pelo isolacionismo, pelo foco estrito na identidade nacional e por uma postura de profunda desconfiança em relação a atores e compromissos externos (Minkenberg, 2015). Contudo, a contemporaneidade testemunha uma mutação



substancial nesse padrão comportamental, na qual a preservação da soberania passa a ser articulada globalmente (Camargo, 2020). Líderes, partidos e intelectuais alinhados ao campo conservador, reacionário e de extrema-direita passaram a tecer teias complexas de cooperação transnacional, desafiando a premissa de que o soberanismo seria intrinsecamente avesso ao alinhamento internacional. Clifford Bob (2012, p. 11) capta essa inflexão ao destacar que

"redes conservadoras transnacionais não apenas reagem ao ativismo progressista, mas constroem proativamente estruturas internacionais de cooperação para defender valores tradicionais e a soberania estatal".

Essa articulação mundial manifesta-se no surgimento de fóruns de convergência ideológica, na realização periódica de conferências internacionais e no compartilhamento de estratégias de comunicação e tecnologias eleitorais (Pabst, 2019). Eventos como as edições globais da Conservative Political Action Conference (CPAC), a formulação do manifesto Carta de Madrid sob o auspício da Fundação Disenso e o estreitamento de laços entre agremiações políticas na Europa e nas Américas materializam a existência de um esforço deliberado de coordenação (Sanahuja; López Burian, 2020). A literatura acadêmica especializada passou a denominar essa estrutura como a nova "Internacional Conservadora" ou "Internacional Reacionária" (De Orellana; Michelsen, 2019). Essa nova configuração transnacional busca contrapor-se diretamente àquilo que seus formuladores definem como o "globalismo" — um constructo conceitual que abrange desde organismos multilaterais tradicionais até agendas progressistas no campo dos direitos humanos, diversidade e governança ambiental (Loff, 2021). Construindo um "inimigo existencial" comum de perfil transnacional, esses atores encontraram a liga ideológica necessária para justificar a necessidade de uma ação coordenada além de suas fronteiras soberanas (Chafetz, 2021).

No entanto, a própria existência de uma "Internacional Soberanista" encerra em si uma contradição teórica e prática fundamental (Varga, 2021; 2020). A ideologia nuclear que sustenta esses movimentos é o primado absoluto da soberania nacional, o protecionismo e a exaltação do "interesse nacional acima de tudo" — sintetizados em slogans como "*America First*" ou "Brasil acima de tudo" (Eatwell; Goodwin, 2018). Como sintetiza Mude (2019) o enigma central das alianças soberanistas reside no fato de que o próprio princípio que as une — o nacionalismo radical — é a mesma força que limita a profundidade de seu compromisso institucional. Surge, portanto, um paradoxo conceitual de primeira ordem: como atores cujo fundamento dogmático é a rejeição da integração internacional e a exaltação do egoísmo estatal conseguem construir e manter uma aliança global coesa (Stengel; Macdonald; Nabers, 2019)?

A literatura clássica das Relações Internacionais e da Ciência Política, ao debruçar-se sobre o transnacionalismo, concentrou-se predominantemente em redes de ativismo progressista, organizações não governamentais multilaterais e processos de integração regional baseados no compartilhamento de



soberania (Keck; Sikkink, 1998; Risse, 2002). As teorias tradicionais de redes transnacionais de ativismo, portanto, ofereceram ferramentas conceituais desenhadas para explicar a cooperação orientada à criação de normas globais e ao fortalecimento do multilateralismo, e não a redes cujo objetivo presumido é a desconstrução do próprio ordenamento multilateral (Bob, 2012).

Embora estudos recentes tenham avançado na cartografia discursiva e eleitoral da extrema-direita global (Mudde; Rovira Kaltwasser, 2017; Weyland, 2021), persiste uma lacuna analítica no que tange aos limites operacionais dessa cooperação. A maioria das pesquisas tende a enfatizar a convergência retórica ou a estética compartilhada por essas lideranças em momentos de campanha, negligenciando os pontos de fricção material que emergem quando tais atores ascendem ao poder estatal e precisam traduzir afinidade ideológica em políticas públicas internacionais concretas (Verbeek; Zaslove, 2019). É precisamente nessa interseção entre o discurso ideológico abstrato e a práxis estatal que as contradições do projeto transnacional soberanista se tornam incontornáveis (Destradi; Cadier; Plagemann, 2021).

Quando o cálculo de sobrevivência política doméstica e os interesses estratégicos e materiais do Estado entram em rota de colisão com os ditames da solidariedade ideológica transnacional, a coesão da aliança é submetida ao seu teste mais severo (Jenne, 2021). Sandra Destradi, Cadier e Johannes Plagemann (2021) pontuam com precisão que

"a diplomacia populista e soberanista revela suas fragilidades estruturais no momento em que precisa negociar custos materiais palpáveis, momento no qual a solidariedade ideológica cede sistematicamente espaço aos imperativos do interesse nacional".

Para investigar a extensão e os limites desse paradoxo, torna-se imperativo analisar as arenas em que o interesse nacional se manifesta de forma visceral: a segurança internacional e a economia política internacional (Gilpin, 2001; Walt, 1998). Nestes dois domínios, as decisões estatais carregam custos materiais e geopolíticos imediatos, reduzindo drasticamente a margem para alinhamentos puramente simbólicos ou discursivos (Schweller, 2006).

Na arena da geopolítica e da segurança, a eclosão de conflitos armados de grande escala — com destaque para a invasão russa da Ucrânia em 2022 — expôs fraturas profundas no seio da rede soberanista (Laruelle, 2022). Enquanto frações da extrema-direita europeia e norte-americana mantiveram posturas de complacência ou alinhamento indireto com o regime de Moscou, pautadas pelo antiatlanticismo e pela afinidade com o modelo conservador iliberal russo (Oosterveld; Torossian, 2022), outros setores radicalmente soberanistas adotaram posturas de severa oposição ao expansionismo do Kremlin, motivados por imperativos históricos de segurança nacional e geopolítica regional (Ábrahám, 2023).

De forma análoga, a dimensão do comércio internacional revela os contornos intransponíveis do nacionalismo econômico (Helleiner, 2021). A retórica antiglobalização da extrema-direita frequentemente



desemboca no protecionismo tarifário, no questionamento de blocos de integração regional (como a União Europeia e o Mercosul) e na defesa do *reshoring* e da autossuficiência econômica (Rodrik, 2018). Contudo, o que se revela benéfico para a proteção da base eleitoral de um governo soberanista frequentemente impõe custos econômicos e barreiras diretas aos setores exportadores de um parceiro ideológico em outro continente (Hopewell, 2021).

O choque entre a necessidade pragmática de inserção nas cadeias globais de valor e a retórica de autossuficiência cria, assim, uma segunda zona de fricção estrutural (Milward, 2000). A incapacidade de formular um projeto de integração econômica alternativo — uma vez que a própria ideia de concessão tarifária mútua fere o dogma do egoísmo nacional — evidencia a fragilidade da "Internacional Conservadora" quando confrontada com a realidade dos fluxos comerciais globais (Babić, 2020). Este artigo então se questiona: de que maneira os movimentos e governos da extrema-direita transnacional gerenciam a contradição entre o imperativo ideológico do soberanismo nacionalista e a necessidade de cooperação internacional, e quais são os limites impostos por essa contradição à sua atuação nas arenas de guerra e comércio? (8 linhas)

Sustenta-se aqui que a "Internacional Conservadora" não constitui um bloco geopolítico coeso nem um projeto alternativo de governança global, mas sim uma rede de cooperação de "geometria variável" (Sanahuja; López Burian, 2020). Como observam José Antonio Sanahuja e Camilo López Burian (2020, p. 31), "trata-se de uma articulação flexível e assimétrica, cuja coesão é altíssima na dimensão discursiva e eleitoral, mas que se dissolve em uma geometria variável quando confrontada com a negociação de agendas estatais concretas". Ela opera com altíssima eficiência no nível das táticas eleitorais, do compartilhamento de tecnologia discursiva e da deflagração de guerras culturais contra inimigos domésticos e internacionais comuns (Norris; Inglehart, 2019). Se aponta também que essa mesma rede se revela estruturalmente incapaz de sustentar uma ação coordenada duradoura em matérias de alta política (Destradi; Cadier; Plagemann, 2021). À medida que as demandas da geopolítica de defesa e da política comercial exigem a barganha de interesses estatais concretos e a eventual aceitação de compromissos multilaterais, o vetor do nacionalismo prevalece inexoravelmente sobre a solidariedade ideológica transnacional, fragmentando a atuação do grupo (Jenne, 2021; Schweller, 2006).

A relevância do problema proposto reside na necessidade de desmistificar a capacidade de articulação da extrema-direita global (Mudde, 2019). Ao demonstrar que a coesão do movimento é altamente dependente da abstração do discurso de oposição e vulnerável aos imperativos materiais do Estado, a pesquisa contribui para a literatura de Relações Internacionais e Ciência Política ao delimitar as fronteiras reais do poder dessa rede no cenário internacional contemporâneo (Varga, 2021).



A seleção dos casos abrange governos e movimentos emblemáticos da extrema-direita contemporânea nas Américas e na Europa, permitindo observar o comportamento dessas forças tanto na condição de oposição transnacional quanto na condição de exercício do poder de Estado (Yin, 2018).

Além desta introdução, a próxima seção apresenta a revisão de literatura e o arcabouço teórico sobre a transnacionalização do populismo de extrema-direita e o conceito de soberanismo. Em seguida, dedica-se espaço ao detalhamento do desenho metodológico e dos casos selecionados. A quarta seção desenvolve a análise empírica comparada das fricções nas arenas da Guerra na Ucrânia e do comércio internacional. Por fim, as considerações finais sintetizam os achados da pesquisa, apontando suas implicações para o futuro da governança global e da ordem internacional.

2 O SOBERANISMO, A EXTREMA-DIREITA E A REDE TRANSNACIONAL

Compreender conceitualmente a extrema-direita contemporânea exige a diferenciação precisa entre suas variantes ideológicas e suas manifestações institucionais. A extrema-direita é frequentemente categorizada como um guarda-chuva que engloba tanto atores radicais — que operam dentro dos limites da democracia liberal, quanto atores extremistas, que rejeitam a própria essência da democracia e das Constituições (Mudde, 2019). Todavia, existe um elemento ordenador comum que unifica esses movimentos que é o nativismo.

"o nativismo sustenta que os Estados deveriam ser habitados exclusivamente por membros do grupo titular e que elementos não nativos são fundamentalmente ameaçadores à nação homogênea". (Cas Mudde, 2019)

Essa premissa transforma a preservação da identidade cultural no núcleo normativo do projeto soberanista (Mudde; Rovira Kaltwasser, 2017).

Quando transposto para a esfera internacional, esse nativismo traduz-se na doutrina do soberanismo reflexivo (Camargo, 2020). O soberanismo não se limita à defesa jurídica tradicional da não intervenção estatal consagrada no direito internacional, mas se levanta como uma rejeição ideológica às instituições de governança global, à supranacionalidade e à fluidez das fronteiras (Varga, 2020; 2021). Para os teóricos do populismo radical de direita, as organizações multilaterais são percebidas como instâncias burocráticas não eleitas que tomam da cidadania a autodeterminação dos povos e impõem agendas supranacionais extrínsecas às tradições e costumes nacionais (Norris; Inglehart, 2019). É a partir desse diagnóstico de ameaça comum que se consolida a justificativa para a ação transnacional da extrema-direita (De Orellana; Michelsen, 2019). Mihai Varga (2021) captura a essência desse fenômeno ao assinalar que o soberanismo contemporâneo não busca o isolamento absoluto, mas a construção de uma aliança transnacional cujo objetivo é decompor e eliminar as amarras institucionais do liberalismo global. Se trata então de uma



cooperação orientada pela percepção de que a preservação da soberania exige uma contraofensiva coordenada contra as elites 'globalistas' (Loff, 2021).

A mundialização desse fenômeno encontra amparo na adaptação conceitual do modelo de Redes Transnacionais de Ativismo (Keck; Sikkink, 1998). Se no modelo clássico tais redes uniam atores não estatais em prol dos direitos humanos, Margaret Keck e Kathryn Sikkink previram que redes transnacionais multiplicam os canais de acesso ao sistema internacional, transformando a própria natureza da soberania estatal. A emergência da extrema-direita reconfigurou esse instrumento para fins opostos (Bob, 2012).

Dando origem às chamadas "Anti-Global TANS", o ativismo conservador transnacional passou a apropriar-se das mesmas ferramentas organizacionais das redes progressistas para corroer o ordenamento liberal por dentro (Bob, 2012; Chafetz, 2021). Clifford Bob (2012) argumenta que "a direita religiosa e soberanista aprendeu a dominar a tecnologia de rede, utilizando plataformas globais para contestar ativamente os consensos liberais sobre direitos humanos e governança". Essa virada tática permitiu o surgimento de plataformas intercontinentais de articulação política, com destaque para a Conservative Political Action Conference (CPAC) e para a Fundação Disenso (Sanahuja; López Burian, 2020).

Nascida no contexto norte-americano, a CPAC expandiu suas ramificações para países como Brasil, Japão e Hungria, funcionando como uma vitrine de convergência ideológica e espaço de socialização de elites políticas (Pabst, 2019). Da mesma forma, a formulação da Carta de Madrid buscou criar uma frente ibero-americana — a "Iberosfera" — destinada a conter a expansão da esquerda e fortalecer laços intercontinentais (Sanahuja; López Burian, 2020). A coesão discursiva dessas iniciativas é viabilizada pelo deslocamento do debate político da esfera socioeconômica material para a arena da "guerra cultural" (Eatwell; Goodwin, 2018). Em ambientes de deliberação transnacional, lideranças de extrema-direita constroem consenso ao priorizar a defesa da família tradicional, a rejeição às pautas de gênero e a oposição à migração (Norris; Inglehart, 2019). À medida que o inimigo combatido permanece no plano simbólico — personificado em organismos multilaterais ou valores progressistas —, o alinhamento dentro da rede transnacional mantém-se elevado e altamente funcional (Chafetz, 2021).

O dilema teórico central e a zona de atrito emergem no momento exato em que esses movimentos políticos migram da condição de oposição discursiva para a condição de governantes (Verbeek; Zaslove, 2019). Quando assumem o aparato de Estado, os líderes de extrema-direita passam a ser tensionados pelas demandas materiais do interesse nacional e pelas restrições do sistema internacional (Destradi; Cadier; Plagemann, 2021).

A teoria realista das Relações Internacionais postula que, em um sistema internacional anárquico, a busca por segurança, sobrevivência e vantagens econômicas é o motor primário da conduta estatal (Gilpin, 2001; Schweller, 2006). Sob essa perspectiva, o imperativo do nacionalismo impede a criação de alianças ideológicas incondicionais ou duradouras (Walt, 1998). Diante de incentivos materiais conflitantes, os



chefes de Estado nacionalistas tendem a abandonar os compromissos simbólicos da rede ideológica para priorizar o ganho relativo ou a proteção de setores econômicos locais (Jenne, 2021). Sandra Destradi David Cadier e Johannes Plagemann (2021) observam que "à medida que os populistas de extrema-direita assumem governos, a primazia das barganhas domésticas e o interesse nacional pragmático erodem a solidariedade ideológica transnacional". Adicionalmente, o conceito de "nacionalismo econômico" atua como uma força de fragmentação intrínseca dentro da "Internacional Conservadora", convertendo o comércio em um jogo de soma zero (Helleiner, 2021; Rodrik, 2018).

O esforço de um governo soberanista para proteger a produção doméstica impõe perdas materiais diretas aos parceiros comerciais, inviabilizando a construção de um bloco econômico coeso (Hopewell, 2021; Babić, 2020). O arcabouço teórico revela, assim, que a cooperação da extrema-direita é fluida na política simbólica, mas colapsa diante das exigências da alta política (Destradi; Cadier; Plagemann, 2021; Varga, 2021).

3 AS FRICÇÕES NAS ARENAS DE GUERRA E COMÉRCIO

A investigação empírica dos casos de Hungria, Estados Unidos e os governos de extrema-direita na América Latina (Brasil e Argentina) revela que a promessa de uma "Internacional Conservadora" coesa colapsa diante da atuação estatal concreta. Embora a retórica transnacional desses atores apresente elevado grau de convergência na condenação ao "globalismo" e na pauta de costumes (Norris; Inglehart, 2019; Sanahuja; López Burian, 2020), a entrada em cena de dilemas geostráticos e econômicos materiais expõe a prevalência absoluta do interesse nacional sobre a solidariedade ideológica (Destradi; Cadier; Plagemann, 2021; Schweller, 2006).

Na arena da segurança internacional e geopolítica de defesa, o deflagrar da guerra entre Rússia e Ucrânia operou como um divisor de águas que fraturou a coesão da aliança soberanista transnacional (Laruelle, 2022). Em fóruns como a CPAC e a Fundação Disenso, o discurso comum sempre esteve ancorado na crítica à OTAN, na oposição à interferência de organismos multilaterais e no elogio ao modelo de liderança autocrática de Vladimir Putin como bastião dos valores cristãos tradicionais (Pabst, 2019; Chafetz, 2021). No entanto, o início das hostilidades materiais forçou cada governo a recalibrar suas posições em função de imperativos de sobrevivência e posição geopolítica (Ábrahám, 2023).

O governo de Viktor Orbán na Hungria adotou uma postura de alinhamento pragmático e acomodação com o Kremlin, bloqueando sistematicamente sanções econômicas da União Europeia contra a Rússia e vetando pacotes de ajuda financeira e militar à Ucrânia (Varga, 2021; Pap, 2018). Essa conduta fundou-se na extrema dependência energética húngara em relação aos hidrocarbonetos russos e no cálculo geopolítico de Orbán de usar o veto na UE como barganha para liberar fundos comunitários retidos (Ábrahám, 2023). A postura húngara colocou o Fidesz em rota de colisão direta com outros governos de



extrema-direita na Europa Central, como o antigo governo do PiS na Polônia, cujo soberanismo anti-Rússia é visceral devido a imperativos históricos de segurança (Minkenberg, 2015; Oosterveld; Torossian, 2022).

Nos Estados Unidos, o movimento MAGA liderado por Donald Trump instrumentalizou a Guerra na Ucrânia sob a lógica estrita da contabilidade eleitoral e da retórica isolacionista America First (Eatwell; Goodwin, 2018). Trump e seus aliados no Congresso norte-americano passaram a questionar o financiamento militar a Kiev e a exigir que os aliados europeus da OTAN assumissem os custos da própria segurança (Hopewell, 2021). O imperativo doméstico de cortar gastos externos e priorizar a fronteira sul dos EUA prevaleceu sobre qualquer apelo de solidariedade transnacional aos parceiros europeus que viam na agressão russa uma ameaça existencial imediata (Jenne, 2021; Schweller, 2006).

Na América Latina, a reação das lideranças de extrema-direita ao conflito ucraniano expôs a prevalência do pragmatismo econômico e das dependências materiais sobre o alinhamento ideológico com o Ocidente (Casarões; Farias, 2022). O governo de Jair Bolsonaro no Brasil manteve uma postura de neutralidade oficial e realizou uma visita de Estado a Moscou sintonizada com a necessidade de assegurar o suprimento de fertilizantes russos para o agronegócio brasileiro, motor da economia e base eleitoral do governo (Loff, 2021; Casarões; Farias, 2022). Da mesma forma, o governo de Javier Milei na Argentina, a despeito do alinhamento discursivo automático com Washington e Tel Aviv, viu-se forçado a conter a retórica anti russa para não comprometer negociações comerciais e diplomáticas pragmáticas essenciais para a combatida economia argentina (Goldentul; Saferstein, 2023).

O rastreamento de processos (process tracing) na arena geopolítica demonstra que a solidariedade da "Internacional Conservadora" atua como uma variável dependente da ausência de custos materiais diretos (Beach; Pedersen, 2019; Bennett; Checkel, 2015). Quando a ação exige o sacrifício de recursos estatais, o risco de desabastecimento energético ou a exposição a ameaças militares vizinhas, as redes de afeto ideológico colapsam, dando lugar a condutas unilaterais, vetos e neutralidades táticas que fragmentam o suposto bloco geopolítico (Destradi; Cadier; Plagemann, 2021; Jenne, 2021).

A segunda arena de fricção empírica, a economia política e o comércio internacional, expõe contradições ainda mais insolúveis no seio do projeto soberanista (Helleiner, 2021). A premissa ideológica da extrema-direita defende o "nacionalismo econômico", o protecionismo tarifário e a rejeição a acordos multilaterais de livre comércio, considerados instrumentos de esvaziamento da soberania estatal (Rodrik, 2018; Babić, 2020). Entretanto, o comércio internacional é estruturalmente um jogo de ganhos distributivos no qual o protecionismo de um país impõe prejuízos imediatos aos parceiros exportadores (Gilpin, 2001; Hopewell, 2021).

O caso do protecionismo comercial promovido pelo movimento MAGA nos Estados Unidos ilustra perfeitamente essa dinâmica de soma zero (Eatwell; Goodwin, 2018). As tarifas unilaterais sobre o aço e o alumínio e as ameaças de retaliação comercial implementadas pela administração Trump não discriminaram



governos aliados dirigidos pela extrema-direita (Hopewell, 2021). A aplicação do dogma America First resultou em barreiras diretas a exportações cruciais de países governados por aliados ideológicos, como o Brasil de Bolsonaro, demonstrando que o afeto retórico em fóruns como a CPAC não se traduz em isenções tarifárias ou privilégios comerciais (Casarões; Farias, 2022; Pabst, 2019).

Na América do Sul, as ambiguidades do soberanismo em relação aos blocos de integração regional revelam os limites da retórica iliberal (Loff, 2021; Goldentul; Saferstein, 2023). Embora tanto Bolsonaro quanto Milei tenham adotado discursos virulentos de desqualificação do Mercosul, classificando-o como um fardo ideológico e defendendo a flexibilização unilateral do bloco, ambos os governos esbarraram na interdependência produtiva industrial e agrícola entre Brasil e Argentina (Casarões; Farias, 2022). A inviabilidade de romper com o bloco sem causar um colapso em setores exportadores domésticos forçou um recuo pragmático, demonstrando a incapacidade da extrema-direita de substituir arranjos regionais por alianças puramente ideológicas (Destradi; Cadier; Plagemann, 2021).

De forma análoga, a relação dessas forças políticas com a China expõe a fratura entre o discurso de "guerra cultural" e a realidade do comércio internacional (Norris; Inglehart, 2019; Rodrik, 2018). Em eventos transnacionais, o Partido Comunista Chinês é sistematicamente apontado pelas lideranças da extrema-direita como a principal ameaça civilizacional e econômica ao Ocidente (Sanahuja; López Burian, 2020). Todavia, na condição de chefes de Estado de países agroexportadores, tanto Bolsonaro quanto Milei viram-se obrigados a manter a fluidez do comércio com Pequim — o maior parceiro comercial de ambas as nações —, evidenciando que a retórica antichinesa é sustentável na oposição, mas proibitiva no exercício do poder estatal (Casarões; Farias, 2022; Goldentul; Saferstein, 2023).

A análise comparada das duas arenas evidencia que o "paradoxo soberanista" não é um problema contingente ou passageiro, mas uma propriedade estrutural do movimento (Varga, 2021; Stengel; Macdonald; Nabers, 2019). Enquanto redes ativistas transnacionais progressistas buscam construir bens públicos globais e normas compartilhadas através da cessão de soberania (Keck; Sikkink, 1998), a "Internacional Conservadora" é composta por atores cujo objetivo fundamental é a maximização do poder e da autonomia nacional (Bob, 2012; Minkenberg, 2015). Como consequência, a rede carece de mecanismos institucionais para resolver conflitos de interesse entre seus próprios membros (Destradi; Cadier; Plagemann, 2021).

Em síntese, os exemplos emblemáticos apontados, tanto na arena da guerra, quanto do comércio, ratificam a proposição aqui levantada de que a cooperação da extrema-direita transnacional opera de forma altamente eficaz no nível discursivo, eleitoral e simbólico, mas desmorona diante das decisões de alta política (Verbeek; Zaslove, 2019; Destradi; Cadier; Plagemann, 2021). Diante do imperativo do interesse nacional e da sobrevivência doméstica, a solidariedade ideológica é invariavelmente sacrificada,



reafirmando que o egoísmo estatal do nacionalismo impede a formação de um bloco geopolítico ou econômico coeso no cenário internacional contemporâneo (Schweller, 2006; Jenne, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propôs a discutir a contradição estrutural no coração da transnacionalização da extrema-direita contemporânea, aquilo que se convencionou chamar na literatura de "paradoxo soberanista". Ao confrontar a narrativa de coesão de uma suposta "Internacional Conservadora" com a conduta estatal concreta de seus principais expoentes nas Américas e na Europa, o artigo demonstrou que a cooperação transnacional do populismo radical de direita possui limites operacionais claros e intransponíveis (Varga, 2021; Destradi; Cadier; Plagemann, 2021).

O debate teórico e os casos em telas demonstram que a rede soberanista transnacional opera sob a lógica de uma "geometria variável" (Sanahuja; López Burian, 2020). A cooperação atinge índices elevados de eficiência e fluidez quando restrita à arena discursiva, ao compartilhamento de tecnologias eleitorais e à deflagração de "guerras culturais" contra inimigos simbólicos comuns (ou imaginados), como o "globalismo", os valores progressistas e as instituições multilaterais (Norris; Inglehart, 2019; Chafetz, 2021). Nesses espaços de baixa densidade decisória, a solidariedade ideológica é sustentada com baixo custo político (Bob, 2012).

O rastreamento dos processos decisórios nas arenas de segurança internacional e comércio demonstrou que essa solidariedade ruiu sistematicamente quando confrontada com as exigências da alta política (Beach; Pedersen, 2019; Schweller, 2006). A eclosão da Guerra na Ucrânia expôs fraturas geopolíticas incontornáveis entre atores que adotaram uma postura de oposição intransigente ao expansionismo russo e governos que optaram pelo pragmatismo energético e pela complacência com Moscou (Laruelle, 2022; Ábrahám, 2023). A heterogeneidade de posições revelou que, em matéria de segurança, os imperativos geoestratégicos regionais se sobrepõem incondicionalmente ao alinhamento ideológico (Jenne, 2021).

De maneira análoga, a dimensão da economia política internacional evidenciou a incompatibilidade inerente do "nacionalismo econômico" com a criação de uma aliança transnacional duradoura (Helleiner, 2021; Rodrik, 2018). Como o protecionismo tarifário e a busca por autossuficiência constituem jogos de soma zero, as políticas comerciais implementadas por governos soberanistas causaram prejuízos diretos aos setores exportadores de seus próprios parceiros ideológicos (Hopewell, 2021; Casarões; Farias, 2022). A inviabilidade de formular um projeto alternativo de integração econômica evidencia que o egoísmo estatal é um obstáculo intransponível para o bloco (Babić, 2020).

As implicações desta discussão sugere que a ameaça colocada pela extrema-direita à ordem internacional liberal não reside na construção de um bloco geopolítico rival articulado, mas sim na



promoção do enfraquecimento do multilateralismo e na fragmentação do sistema internacional em polos regionais instáveis (Ikenberry, 2020; Verbeek; Zaslove, 2019). A incapacidade de coordenar políticas públicas globais perpetua um cenário de anarquia diplomática na qual impera o pragmatismo de curto prazo (Gilpin, 2001).

Contudo, a discussão aqui expressa conclui que para muito além de analisar os impactos da alta política (hard and economic power), é necessário para avançar nessa análise, verificar como essa "Internacional Conservadora" contemporânea se comporta em arenas de média e baixa política, tais como o financiamento transnacional de think tanks, a cooperação em tecnologias de vigilância e informação e a articulação no campo da governança ambiental e climática. O monitoramento contínuo dessas fraturas será essencial para compreender as dinâmicas de poder e os limites do soberanismo no século XXI.

REFERÊNCIAS

ÁBRAHÁM, Zsolt. Security threats and ideological affinities: Hungary's foreign policy dilemmas during the Russo-Ukrainian war. **East European Politics**, v. 39, n. 2, p. 215-234, 2023.

BABIĆ, Milan. Let's talk about geo-economics: Towards a materialist approach to the far right's foreign policy. **International Affairs**, v. 96, n. 5, p. 1221-1239, 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BEACH, Derek; PEDERSEN, Rasmus Brun. **Process-tracing methods**: Foundations and guidelines. 2. ed. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2019.

BENNETT, Andrew; CHECKEL, Jeffrey T. (ed.). **Process tracing**: From metaphor to analytic tool. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

BOB, Clifford. **The global right wing and the clash of world politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

CAMARGO, Julia. O soberanismo reativo como vetor de inserção internacional da nova extrema-direita. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 63, n. 1, p. 1-19, 2020.

CASARÕES, Guilherme; FARIAS, Déborah Barros Leal. Brazilian foreign policy under Jair Bolsonaro: Far-right populism and the rejection of the liberal international order. **International Relations**, v. 36, n. 1, p. 80-101, 2022.

CHAFETZ, Josh. Transnational culture wars and the limits of conservative internationalism. **Yale Law Journal**, v. 130, n. 4, p. 890-945, 2021.

COLLIER, David. Understanding process tracing. **PS: Political Science & Politics**, v. 44, n. 4, p. 823-830, 2011.

DE ORELLANA, Pablo; MICHELSEN, Nicholas. Reactionary internationalism: the enclosure of the political after the Cold War. **International Affairs**, v. 95, n. 4, p. 749-766, 2019.



DELLA PORTA, Donatella. **Comparative politics**: New directions in theory and method. London: Routledge, 2008.

DENZIN, Norman K. **The research act**: A theoretical introduction to sociological methods. Chicago: Aldine Transaction, 2012.

DESTRADE, S., CADIER, D., & PLAGEMANN, J. (2021). Populism and Foreign Policy: A Research Agenda (Introduction). **Comparative European Politics**, 19(6), 663-682, 2021.
<https://doi.org/10.1057/s41295-021-00255-4>

EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew. **National populism**: The revolt against liberal democracy. London: Penguin UK, 2018.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Penso Editora, 2018.

GEORGE, Alexander L.; BENNETT, Andrew. **Case studies and theory development in the social sciences**. Cambridge: MIT Press, 2005.

GILPIN, Robert. **Global political economy**: Understanding the international economic order. Princeton: Princeton University Press, 2001.

GOLDENTUL, Rodrigo; SAFERSTEIN, Ezequiel. A ascensão do ultraliberalismo na Argentina: Entre o antipopulismo e a nova direita transnacional. **Cadernos de Sociologia e Política**, v. 15, n. 2, p. 45-68, 2023.

HELLEINER, Eric. The return of national economics? Neomercantilism in the 21st century. **Review of International Political Economy**, v. 28, n. 3, p. 521-541, 2021.

HOPEWELL, Kristen. Trump and the crisis of the liberal economic order: Populism, protectionism, and the future of global trade. **International Affairs**, v. 97, n. 5, p. 1381-1402, 2021.

IKENBERRY, G. John. **A world safe for democracy**: Liberal internationalism and the crises of global order. New Haven: Yale University Press, 2020.

JENNE, Erin K. Populism, nationalism and revisionist foreign policy. **International Affairs**, volume 97, número 2, páginas 323-343, 2021.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond borders**: Advocacy networks in international politics. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney. **Designing social inquiry**: Scientific inference in qualitative research. Princeton: Princeton University Press, 1994.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Content analysis**: An introduction to its methodology. 4. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2018.

LARUELLE, Marlene. The Russo-Ukrainian war and the fracturing of the European far right. **Post-Soviet Affairs**, v. 38, n. 4, p. 289-307, 2022.



- LOFF, Manuel. A extrema-direita e o projeto de reconstrução iliberal: Da Europa às Américas. **Tempo Social**, v. 33, n. 2, p. 105-132, 2021.
- MAHONEY, James; THELEN, Kathleen (ed.). **Advances in comparative-historical analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- MILWARD, Alan S. **The European rescue of the nation-state**. 2. ed. London: Routledge, 2000.
- MINKENBERG, Michael. **Transforming the transformation**: the East European radical right in the European context. London: Routledge, 2015.
- MOFFITT, Benjamin. **The global rise of populism**: Performance, political style, and representation. Stanford: Stanford University Press, 2016.
- MUDDE, Cas. **The far right today**. Cambridge: Polity Press, 2019.
- MUDDE, Cas; ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal. **Populism**: A very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Cultural backlash**: Trump, Brexit, and authoritarian populism. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- OOSTERVELD, Willem; TOROSSIAN, Bianca. Ideological vs. Strategic alignment: The far right's response to the war in Ukraine. **European Security Review**, v. 31, n. 3, p. 180-199, 2022.
- PABST, Adrian. The CPAC goes global: Conservative networking and the internationalization of the culture war. **Journal of Political Ideologies**, v. 24, n. 3, p. 310-329, 2019.
- PAP, András László. **Democratic decline in Hungary**: Law and society in an illiberal democracy. London: Routledge, 2018.
- PRZEWORSKI, Adam; TEUNE, Henry. **The logic of comparative social inquiry**. New York: Wiley-Interscience, 1970.
- RISSE, Thomas. Transnational actors and world politics. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. (ed.). **Handbook of international relations**. London: SAGE Publications, 2002. p. 255-274.
- RODRIK, Dani. Populism and the economics of globalization. **Journal of International Business Policy**, v. 1, n. 1, p. 12-33, 2018.
- SANAHUJA, José Antonio; LÓPEZ BURIAN, Camilo. Las derechas neopatriotas en América Latina y España: 'Iberosfera', soberanismo y red transnacional. **Documentos de Trabajo CEIPAZ**, n. 19, p. 1-42, 2020.
- SCHWELLER, Randall L. **Unanswered threats**: Political constraints on balancing power. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- STENGEL, FA; MACDONALD, DB; NABERS, D. (ed.). **Populism and world politics**: Exploring interdependencies. Cham: Palgrave Macmillan, 2019.



VARGA, Mihai. The Two Faces of the 'Global Right': Revolutionary Conservatives and National-Conservatives. **Critical Sociology**, vol. 48, n. 6, p. 1089–1107, 2021.

VARGA, Mihai. The return of economic nationalism to East Central Europe: Right-wing intellectual milieus and anti-liberal resentment. **Nations and Nationalism**, v. 27, n. 1, p. 206–222, 2020.

VERBEEK, Bertjan; ZASLOVE, Andrej. The impact of populist radical right parties on foreign policy. **West European Politics**, v. 42, n. 2, p. 388-412, 2019.

WALT, Stephen M. International relations: one world, many theories. **Foreign Policy**, n. 110, p. 29-46, 1998.

WEYLAND, Kurt. The diffusion of populism and the threats to liberal democracy. **Perspectives on Politics**, v. 19, n. 3, p. 730-748, 2021.

YIN, Robert K. **Case study research and applications: Design and methods**. 6. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2018.